



O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CEMIX - CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDIGENA XERENTE WARÃ

TEACHING GEOGRAPHY AT CEMIX - XERENTE WARÃ INDIGENOUS HIGH SCHOOL CENTER

Rui Carlos Brurêwa Xerente – UFT – Porto Nacional – Tocantins - Brasil

Elizeu Ribeiro Lira – UFT – Porto Nacional – Tocantins - Brasil

liraelizeu@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o ensino de geografia e os desafios enfrentados pelos professores indígenas em sala de aula na Escola CEMIX - Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã, localizada no município de Tocantínia-TO. Com isso, procurou entender a importância da geografia como disciplina presente no currículo escolar e o papel do professor na aplicabilidade dos conteúdos geográficos em uma escola indígena, tendo em vista que essas abordagens foram feitas a partir das principais características da educação indígena no estado do Tocantins. A pesquisa é resultado de uma revisão bibliográfica e trabalho de campo, onde foram feitos entrevistas e levantamentos sobre ensino de geografia e o povo xerente.

Palavras chaves: Ensino de Geografia, Educação Indígena, Povos Xerente.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the teaching of geography Indigenous High School Center and the challenges faced by indigenous teachers in the classroom at Escola CEMIX - Xerente Warã, located in the municipality of Tocantínia-TO. With this, it sought to understand the importance of geography as a subject present in the school curriculum and the role of the teacher in the applicability of geographic contents in an indigenous school, considering that these approaches were made from the main characteristics of indigenous education in the state of Tocantins. The research is the result of a bibliographic review and field work, where interviews and surveys were carried out on geography teaching and the Xerente people.

Key words: Teaching Geography, Indigenous Education, Xerente Peoples.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o ensino de geografia e os desafios enfrentados pelos professores indígenas em sala de aula na Escola CEMIX- Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX), localizada no

município de Tocantínia-TO. Com isso, entender a importância da geografia como disciplina presente no currículo escolar e o papel do professor na aplicabilidade dos conteúdos geográficos em uma escola indígena, a partir das principais abordagens sobre as características da educação indígena no estado do Tocantins. A pesquisa é fruto de uma revisão bibliográfica e de trabalho de campo.

Sobre as populações Indígenas Brasileiras, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Censo Demográfico realizado em ano de 2010, foram encontradas 896,9 mil Indígenas, e identificados 305 etnias, também foram reconhecidas 270 línguas. A situação social de uso dessas línguas por seus falantes, em seus territórios específicos, no entanto, é pouco conhecida, mesmo hoje, quando tanto se fala a respeito da perda desses idiomas e da riqueza dos saberes que eles veiculam.

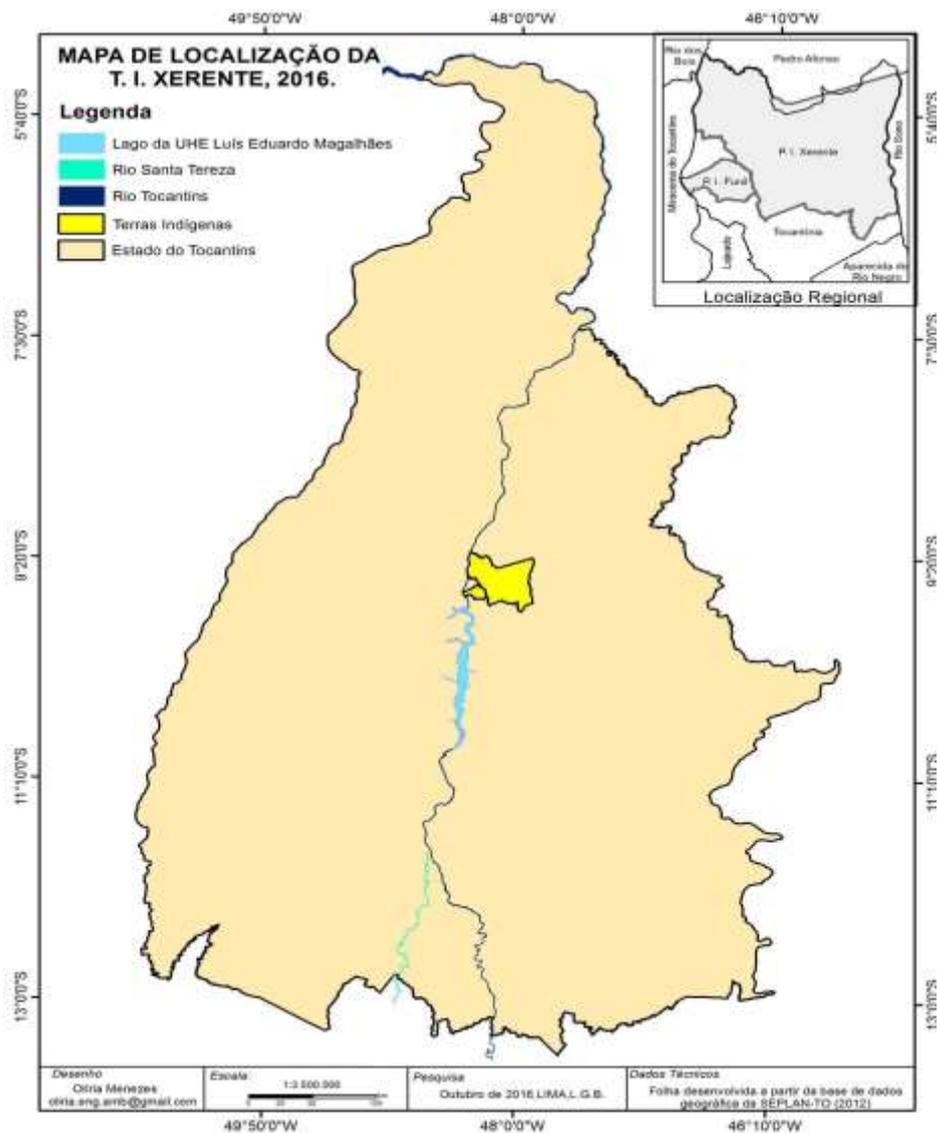
Outra questão discutida atualmente é o papel da escola na valorização das línguas indígenas, ou seja, na revitalização desta e conseqüentemente, no combate à sua extinção. E essa e outras informações linguísticas e pedagógicas de revitalização das línguas indígenas devem atuar dentro e fora da escola. A sociedade indígena dos Akwẽ-Xerente, viveu nos últimos 250 anos sob a pressão do contato, da expansão da sociedade dominante, o que impõe um reordenamento sociocultural e político. A política indigenista brasileira, independentemente dos princípios e da concepção que tenha adotado no relacionamento com as populações indígenas, sempre manteve a disposição de usar o ensino escolar como local privilegiado para seu objetivo de assimilação.

TERRITÓRIO XERENTE NO ESTADO TOCANTINS

No estado do Tocantins há diversos povos indígenas. Estes povos foram e são impactados pela cultura do capitalismo Ocidental. Principalmente com os grandes projetos de desenvolvimento regional como a rodovia 153, a ferrovia Norte-Sul e as hidrelétricas. A Hidrelétrica de Lajeado, por exemplo, provocou impactos sociais e ambientais no território do povo Indígena Xerente. Na fig. 02, podemos visualizar os territórios dos povos indígenas no Tocantins. Segundo Lima, (2016) a INVESTCO

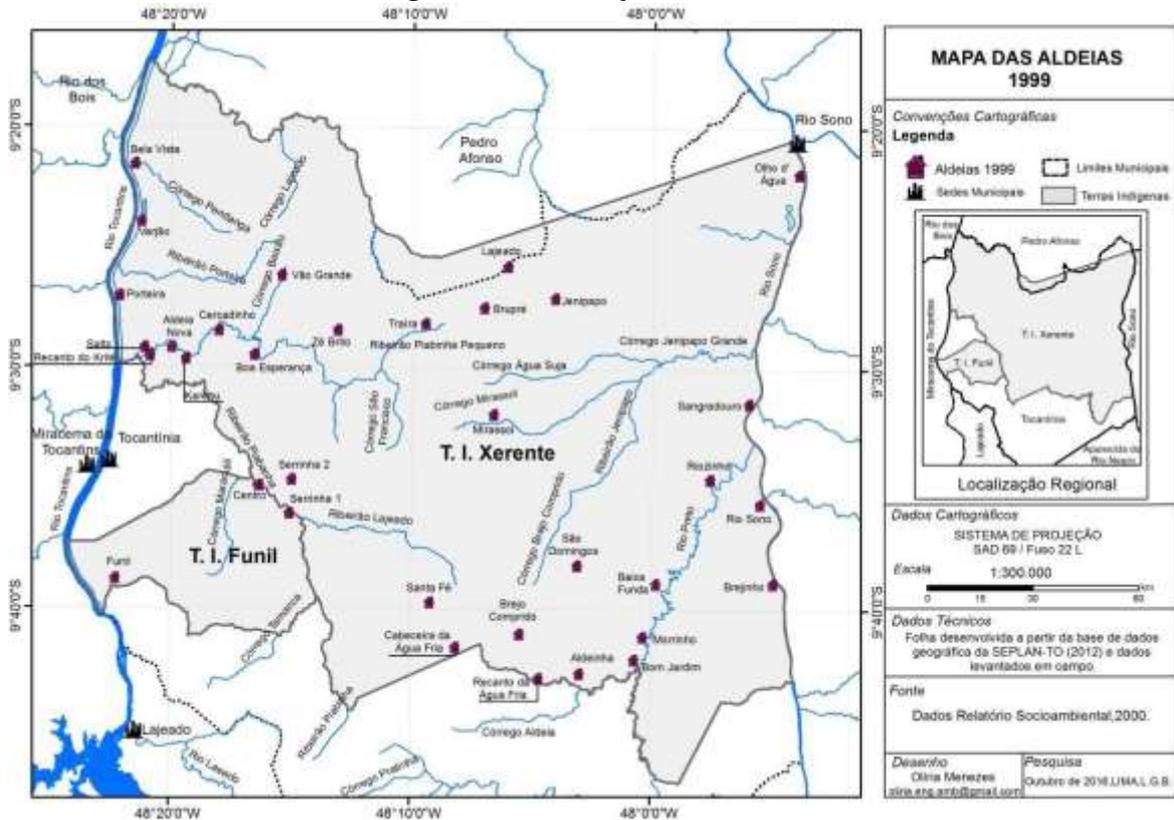
(Empresa construtora da Hidrelétrica) , FUNAI e representantes indígenas assinaram o termo de compromisso que resultou na construção do Programa de Compensação Ambiental Xerente – PROCAMBIX, cuja execução se deu a partir de 2002 e envolveu outros órgãos como o Ministério Público Federal e o Instituto de natureza do Tocantins- NATURATINS. A fig. 02 apresenta a localização das aldeias no território no ano de 1999 já a fig.03 ilustra o PROCAMBIX no território Xerente. Podemos assim visualizar as aldeias, destacando-se apenas aquelas que tiveram a realização dos projetos.

Figura 1 - Localização do território Xerente no estado do Tocantins.



Fonte: Lima, (2016).

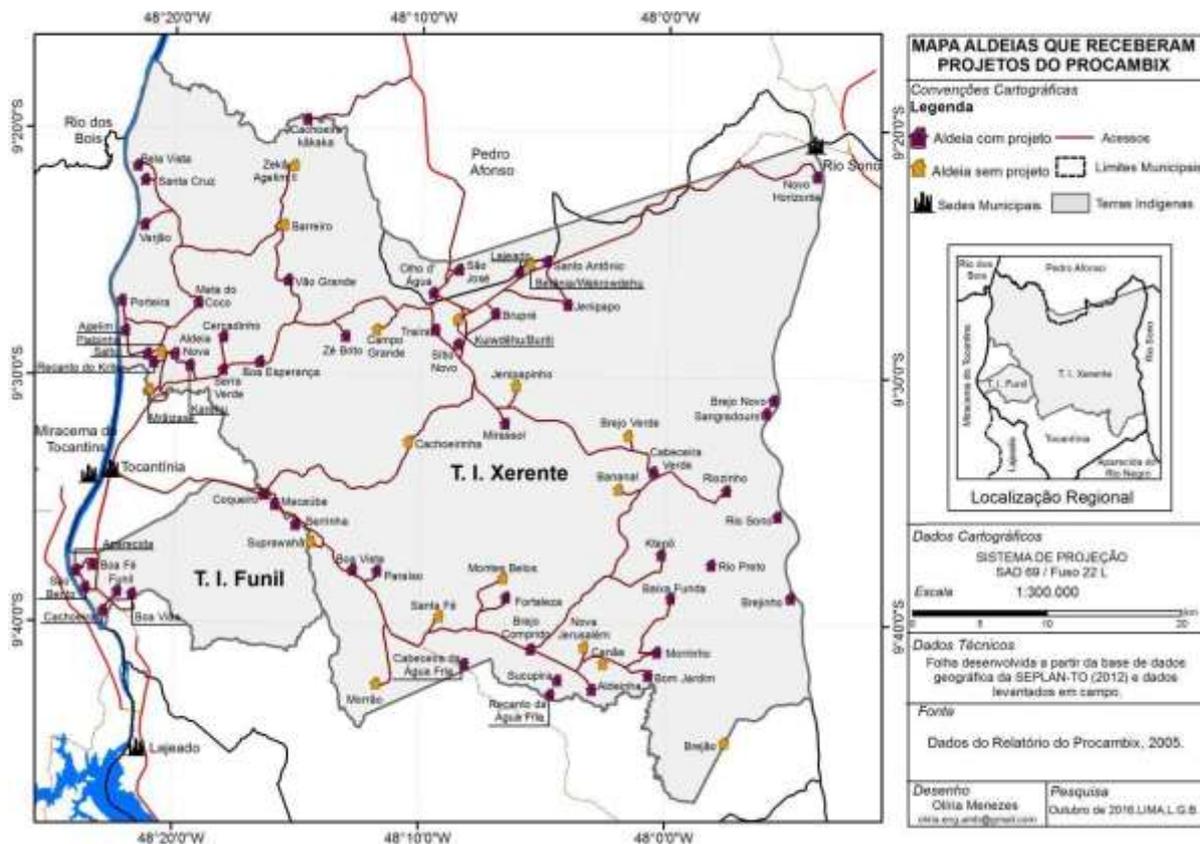
Figura 2 - Localização das aldeias em 1999.



Fonte: Lima, (2016).

Segundo Lima 2016, a partir do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), os Akwẽ-Xerente com os movimentos sociais com atuação na região, passaram a requerer alguma compensação pelas mudanças que afetavam diretamente os seus modos tradicionais de viver. Esse programa elencou como uma de suas ações imediatas a realização de um diagnóstico étnico-ambiental, cujo trabalho foi realizado por pesquisadores ligados à ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN) e ao Grupo de Estudos da Região Amazônica (Gera), instituições indicadas e selecionadas pela Funai. Foi a partir deste diagnóstico que se elaborou o documento contendo as linhas gerais do Programa.

Figura 3 - Aldeias que receberam projetos do PROCAMBIX



Fonte: Lima, (2016).

O PROCAMBIX – Programa de Compensação Ambiental Xerente foi desenvolvido para indenizar a população indígena Akwẽ-Xerente, localizada predominantemente à margem direita do rio Tocantins, atingida pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que provocou profundas mudanças na forma de vida dessa população. Para Lima (2016), O PROCAMBIX esteve relacionado com a proteção do meio ambiente, incluindo o projeto de zoneamento da terra indígena que pretendia objetivar a capacitação dos índios para as práticas conservacionistas, de monitoramento e preservação ambiental de seu território, tais como piscicultura, banicultura e apicultura.

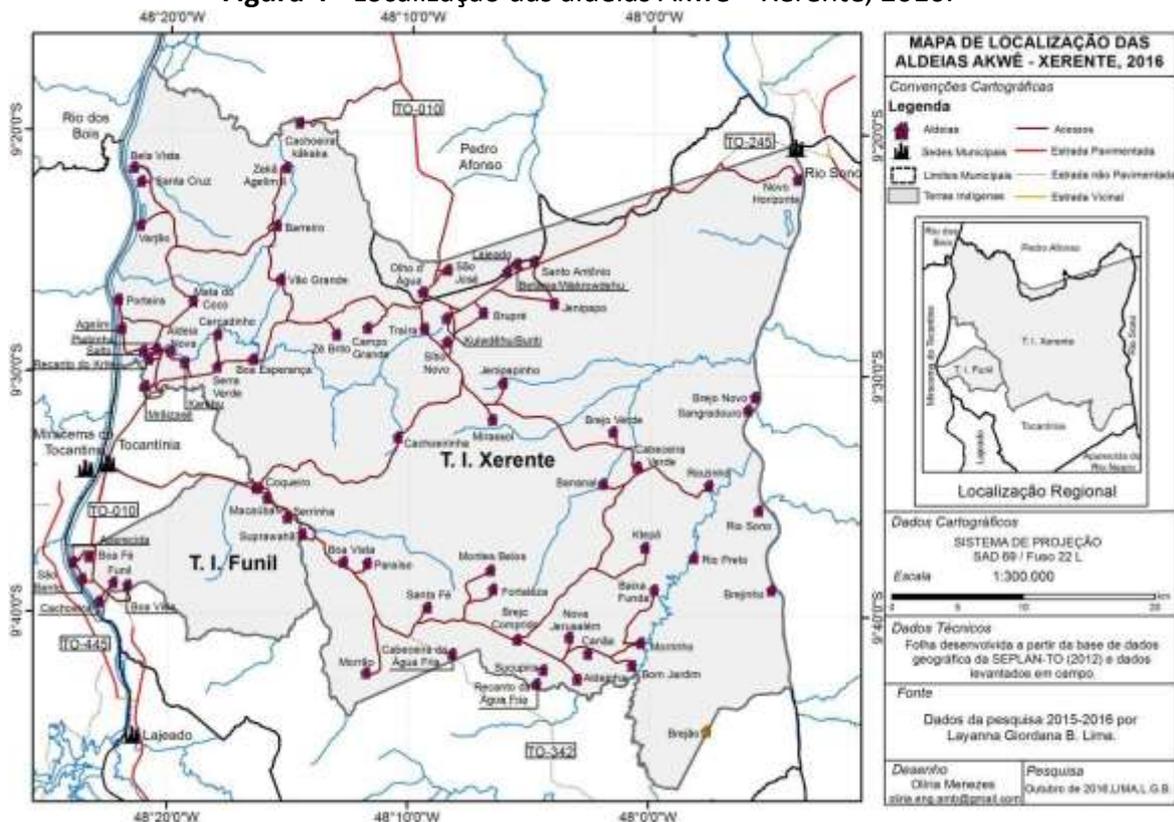
Segundo a referida autora, outro aspecto que gerou muitas tensões entre os indígenas, refere-se à seleção dos indígenas para a composição do Conselho Gestor do PROCAMBIX, formado por seis representantes indígenas, e um membro das seguintes instituições: IBAMA, INVESTCO, FUNAI, NATURATINS, MPF e Sociedade Civil.

Povo Akwê-Xerente está localizada na margem direita do Rio Tocantins nas terras do município de Tocantinia a 70 km da capital Palmas. Na fig. 03, podemos visualizar a localização do território Xerente no Tocantins. E na fig. 04, podemos visualizar a localização do território Xerente em 2016. Segundo Guimarães (2002) a primeira Terra Indígena Akwê-Xerente foi demarcada em 1972, sendo denominada Terra Indígena Xerente, com 167.142 hectares. Em 1988, foi demarcada a outra parte do território Xerente uma poção, mas ao sul, a terra indígena Funil, numa faixa de terra continua com 16.000 hectares, onde ocupa a região rio Tocantins e Rio Sono, terras que desde o antigo o Goiás os Akwê já existiam neste lugar.

No ano de 2017, a sua população era estimada em 3.017 habitantes, distribuída em 70 Aldeias. Falam e escreve e lê a língua Akwê, do tronco linguístico Macro Jê e da família Jê, juntamente com povo Xavante, Xacriabá. A sociedade Xerente organiza-se em duas metades: Wahirê e Doí. Os clãs das metades Wahirê são: Wahirê, Krozake e Krãprehi e os da metade Doí são: Kuzâ, Kbazi e Krito. Cada pertence ao clã de seu pai, sendo, portanto, uma sociedade de filiação patrilinear que vai passando de pai para filho (a).

Ao longo tempo seus antepassados enfrentavam muitos os conflitos em disputas de terras e lutas contra fazendeiras onde eram pressionados pelos não indígenas. Às vezes outros povos não preservam e valorizam as suas culturas mais o povo Akwe até hoje vem preservando muito suas origens, cânticos, danças, pinturas, línguas, mitos, etc. Os anciões contam que as antigas Aldeias Xerente estavam localizadas nos seguintes municípios: Dianópolis, Porto Nacional (no povoado Canela local da atual capital Palmas), Tocantinia, Pedro Afonso e Lajeado. Na margem esquerda do rio Tocantins: Miracema, Miranorte, Rio dos Bois, Morro Perdido (Guaraí). Em ambos os lados do Rio sono desde a nascente até sua foz eram terras originariamente ocupadas pelos Xerentes.

Figura 4 - Localização das aldeias Akwê – Xerente, 2016.



Fonte: Lima, (2016).

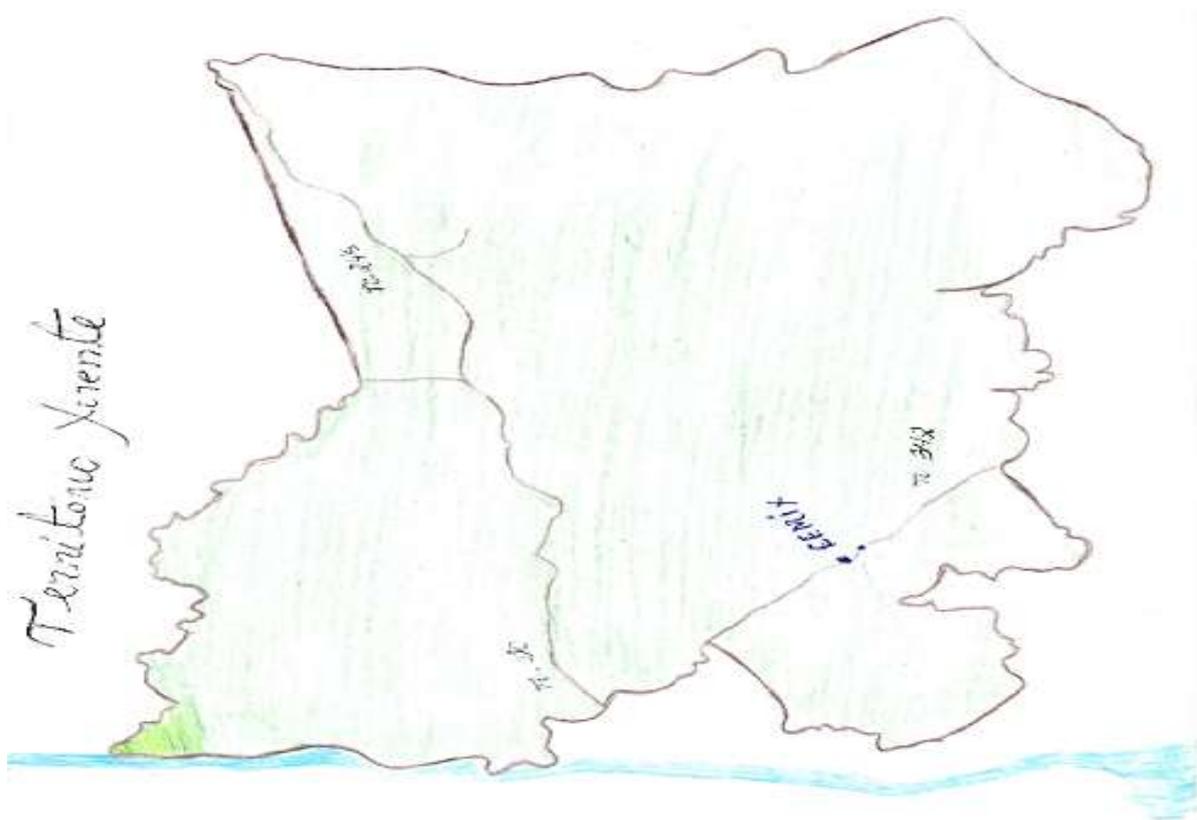
CEMIX - CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA XERENTE WARÃ

O CEMIX, escola do povo Akwe Xerente, está localizada no município de Tocantinia aproximadamente a 15 quilômetros da cidade sede, localizada bem no centro do território Xerente. Na fig. 05, podemos visualizar a localização do CEMIX no território Xerente e nas fig. 06 e 07, a seguir, podemos visualizar a escola e uma sala de aula com presença de professores.

Esta escola foi criada no ano 2005 com as lutas dos caciques e lideranças das aldeias Xerentes. A princípio o nome da unidade foi denominado CEMI Centro de Ensino Médio Indígena, discutido ainda a possibilidade de curso técnico agrícola. As aulas no referido Centro de Ensino tiveram início em agosto de 2005, com duas turmas de ensino fundamental e uma de ensino médio básico, somando 47 alunos, teve como seu primeiro Diretor Lenivaldo Srãpte Xerente. Havia somente 04 professores para

ministrar aulas para essas turmas, e a equipe administrativa era composta somente por 04 servidores.

Figura 5 - Território Xerente-Akwê e localização do CEMIX



Fonte: Org. Brurêwa.

A escola foi inaugurada no dia 06 de Maio de 2006, com a presença da secretaria do Estado da Educação e Cultura, Diretora Regional de Miracema do Tocantins, representantes indígenas, comunidades Xerente, alunos, servidores em geral. A escola encontra-se hoje com o Ensino Fundamental e os dois cursos técnicos integrados ao Ensino médio, autorizados, credenciados e reconhecidos pelo MEC. Atualmente o CEMIX-WARÃ atende um número de 316 alunos advindos de 70 aldeias. Possui um quadro de pessoal composto por 32 funcionários divididos em: 15 servidores no quadro administrativo pedagógico.

Figura 6 - Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã-CEMIX



Fonte: Org. Brurêwa , 2017.

No quadro pedagógico a escola possui 17 professores com nível superior e/ou especialização e 01 professor formado em ensino médio modalidade Magistério Indígena. A escola possui 14 turmas assim representadas: 07 de Ensino Fundamental Anos Finais, 07 de Ensino Médio Integrado, sendo 03 do curso técnico em Enfermagem e 04 do curso técnico em Informática. Além dessas turmas, estar previsto para mês de abril o funcionamento do programa mais educação. A foto 02 ilustra os professores da escola.

Os alunos do ensino fundamental e dos cursos técnicos têm jornada ampliada, sendo 05 horas diárias dentro da unidade de ensino. Os alunos do curso técnico em enfermagem integrado ao ensino médio, além das aulas dentro da unidade de ensino, a partir do segundo ano do curso, realizam estágio supervisionado no posto de saúde no município de Tocantínia e no hospital regional de Miracema.

Figura 7 - Professores do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã-CEMIX



Fonte: Org. Brurêwa , 2017.

O CEMIX (Centro de Ensino Médio Indígena Xerente), neste momento é o meio propagador do conhecimento da comunidade e coloca em primeiro lugar as novas tendências tecnológicas, proporcionando aos jovens a possibilidade de galgar o seu espaço, tanto na área profissional, como utilizar o seu conhecimento para meios advindos de forma benéfica, e tornar possível também que o mercado de trabalho usufrua da qualificação por excelência profissional desse jovem.

Esta instituição educacional vem contemplar parte das necessidades da comunidade Indígena Xerente. A implantação desse centro de educação se configura em grande passo para o fortalecimento e desenvolvimento da cultura Xerente e mais precisamente, para uma aprendizagem intercultural, partindo dos conhecimentos indígenas para um contexto mais amplo dos saberes ditos universais.

A escola hoje ainda passa por dificuldades, com algumas carências, no que se refere a estrutura física, pois ainda não há refeitório para servir as refeições aos alunos, auditórios para realização de reuniões e internet para melhorar as aulas ministradas tanto nos cursos técnicos, em especial no curso de informática, e no ensino fundamental. Outra carência também é a construção do muro ao redor da escola, pois todos os anos o número de alunos aumenta e essa é uma demanda que visa proteger os nossos alunos de danos a sua integridade física e ao patrimônio de possíveis depredações.

Na unidade escolar foram construídos 05 laboratórios: física, química, biologia, matemática e informática, porém nenhum encontra-se equipado conforme foi feita a previsão, os mesmos são usados para atender as demandas da unidade de ensino de outras formas, como sala de aula ou de atividades da parte diversificada. Esse é o marco situacional desta unidade de ensino hoje, que visa ofertar um ensino de qualidade aos alunos indígenas, mesmo em meio a tanta dificuldade.

O Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã-CEMIX é único Centro médio nas terras indígenas Xerente e Funil onde a escola recebe alunos de cinco regiões indígenas xerente compondo mais de 40 aldeias. Atualmente o CEMIX possui quatro blocos de construção, sendo divididos em: 11 salas de aulas, um laboratório de informática; uma sala de professores com dois banheiros; uma secretaria; um diretório com banheiro; um almoxarifado; dois banheiros com quatro boxes, cada cantina com área de serviço e depósito para alimentos; um laboratório de física um laboratório de informática; um laboratório de matemática; uma biblioteca uma casa Warã; e uma quadra de esporte coberta.

AS QUESTÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA CEMIX

Pensar o processo educacional na Educação Escolar Indígena requer dos responsáveis pela organização destas ações, um olhar abrangente sobre os diversos fatores que se relacionam neste contexto, incluindo os aspectos socioculturais, econômicos, crenças religiosas e também as questões geográficas, nos quais se insere a instituição de ensino.

Para Melo (2010), a história da educação escolar entre os povos indígenas no Brasil tem quatro fases. a primeira fase compreende a época do Brasil colônia, quando os missionários católicos valiam-se da escola para impor o português como forma integrar os índios à civilização cristã. O segundo momento compreende as políticas educacionais empreendidas pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Dentre elas podemos observamos a educação bilíngue [...] Desenvolvimento multidimensional das duas ou mais línguas envolvidas, a

promoção de saberes entre elas e a valorização do translinguar como forma de construção da compreensão de mundo de sujeitos bilíngues. MEGALE, 2018, p. 5. e programas de capacitação de professores. Melo (2010), enfatizou que para promover uma integração mais eficiente dos índios à sociedade nacional procurou-se, nessa fase, traduzir os valores ocidentais nas línguas nativas e para isso foi firmado um acordo com o Summer Institute of linguistics (SIL) e outras missões religiosas, para promover tanto o estudo das línguas indígenas quanto seu ensino nas escolas.

A terceira fase da história da educação indígena é marcada pelo surgimento de organizações indigenistas não-governamentais e pela formação do movimento indígena, o que acontece entre o fim da década de 1960 e nos anos 1970. Este momento é caracterizado pelo desenvolvimento de projetos alternativos de escolarização e pela luta por uma educação capaz de garantir a autodeterminação dos povos indígenas.

A quarta fase é marcada pela iniciativa dos próprios povos indígenas de autogerir os processos de educação formal, o que acontece a partir da década de 1980. Precisamos assegurar o direito à diversidade e à especificidade, e, permitir a construção de uma escola indígena que, inserida no sistema educacional nacional, tenha atributos particulares como o uso da língua indígena e de material didático adequado ao mundo indígena. Estabelecer um calendário que se adapte ao ritmo de vida e as atividades cotidianas e rituais dos povos indígenas, onde eles possam trabalhar e lecionar, construir currículos, conteúdos e programas educacionais de seu interesse e que atenda as suas demandas.

Em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabeleceu alguns dispositivos para que a Educação Escolar Indígena tenha um tratamento diferenciado das demais escolas do sistema nacional de ensino. Em seus artigos 23 e 26, a LDB trata da flexibilidade do processo de ensino voltado para atender os interesses e demandas locais e regionais.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na

competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. § 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela de cada escola.

É necessário que o Estado crie e institucionalize currículos e conteúdo que atenda os diversos povos indígenas no território brasileiro. É possível que o Estado construa esta flexibilização da organização escolar, dos calendários e dos currículos reconhecendo a diversidade e especificidades regionais, sociais e culturais. A LDB criou um espaço favorável para a construção de escolas diferenciadas.

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.

Dansonkewa (2017) a Educação escolar indígena, conforme relatos dos mais velhos, foi introduzida entre o povo Akwẽ-Xerente em 1958, pela Missão Evangélica Protestante Batista na Aldeia Baixa Funda, uma das aldeias antigas. Foi fruto de uma reivindicação de Florêncio Suzawre, um dos anciãos mais velhos na época. Antes de tal solicitação, a escola já vinha sendo ofertada pelo SPI desde 1945, na Aldeia Baixão *Nrãto Wdêhu*, contudo sem obter sucesso. Portanto, apesar das experiências anteriores desenvolvidas pelos missionários, a política oficial de educação escolar bilíngue entre o povo Akwẽ/Xerente, é bastante recente. Ela é iniciada em 1970, através de convênios firmados pela FUNAI com as missões religiosas, cujos missionários eram linguistas e

atendimento voltado para a compreensão do mundo que o cerca, convergindo para a melhoria de qualidade de vida dessas comunidades. Tais como a defesa de seu território, costumes e tradições.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depois de análise do Projeto Político Pedagógico tivemos oportunidade de entrar em salas de aula na disciplina de Geografia das turmas (7, 8 e 9 do ensino fundamental e o do 1 ano do ensino médio). Conversamos com o professor indígena que tem formação em ensino superior e apresentou ter domínio do conteúdo da disciplina. Em seguida procuramos saber mais a opinião dos professores em entrevista onde destacamos a seguinte questão: *Para o professor qual é a importância de ensino de Geografia em sala de aula na escola Centro de Médio Indígena Xerente (CEMIX) e quais os problemas enfrentados na escola?*

O professor entrevistado respondeu que:

Aqui no Brasil temos diferentes povos Indígenas que vivem em lugares e paisagem diferenciados, construídos seus espaços diferentes. Por exemplo, alguns grupos Indígenas e não Índios podemos dizer seja onde for que vivemos nos ser relacionamos com espaço modo de entender e explica, ou seja, sua geografia cada um de nós tem maneira e de ser relacionar com terra, com as águas, com as plantas, como céu e outras formas de interpretação do espaço. Então aqui vou falar a minha dificuldade que passei em sala de aula na Universidade Federal do Tocantins UFT em Campus de Porto Nacional onde no primeiro período fiquei um pouco perdido por que onde o professor explicava alguns textos ou atividades como, por exemplo, geologia, geomorfologia, hidrografia, cartografia e Estatística, Geoecologia do Cerrado e outros mais, muitos as vezes era de entender a língua português que é nossa, a segunda língua de se comunicar com não índios. (Professor indígena I – Lic. Geog.)

O professor entrevistado em seu depoimento deixou claro que no Brasil tem diferentes povos indígenas, e que essa realidade é um bom motivo para o professor de geografia trabalhar com os alunos indígenas na sala de aula. Isto é, da diversidade das culturas indígenas no Brasil. A sua colocação de que quando chegou à Universidade Federal do Tocantins, que tinha dificuldades de entender os conteúdos trabalhados pelos professores, acontece na verdade, em função dos indígenas não terem acesso

mais direto com a língua portuguesa. É necessário que os indígenas tenham mais ao conhecimento da língua portuguesa.

Quando comecei ministrar a aula de Geografia no Centro Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX), primeira pergunta que eu recebi na sala de aula, é o que é a Geografia e para que estudar? Para os povos Akwê, a geografia é para conhecermos melhor o nosso território que vivemos e conhecer melhor o mundo não índio e descobrindo que não só existe Geografia do branco. Mas até agora onde cheguei na sala de aula percebi que muitos alunos Akwê tem dificuldades de entende o que é geografia dos Akwê e dos brancos mas interesses dos alunos é muito grande de entender melhor o mundo em vivemos. E os alunos disseram tem suas dificuldades com a Disciplina de geografia por que quando os brancos da aula para os Akwê ficam muito difícil por que às vezes as aulas não são voltadas para o lado dos Indígenas e partir de momento quando os professores Indígenas da aula de Geografia os alunos ficam com aquela vontade de perguntar e de procurar a saber mais sobre a disciplina. (Professor indígena II – Lic. Geog.)

O professor entrevistado ainda comentou que a geografia serve para conhecermos melhor o território em que os indígenas vivem e conhecer o mundo não índio e, descobrindo, sobretudo, que não só existe a Geografia do branco. Ressalta ainda que muitos alunos Akwê têm dificuldades de entender o que é geografia dos Akwê e a geografia dos brancos. E há interesses dos alunos indígenas de entender melhor o mundo que eles vivem. Pelo que se constata das conversas do professor entrevistado, é que nas escolas indígenas ainda há uma transmissão do conteúdo muito vinculado a cultura do homem branco.

O professor comentou também um pouco sobre as expectativas da escola onde poderia oferecer uma escola de boa qualidade para os alunos, que infelizmente precisa melhorar muito com estrutura da escola. Acreditamos que ponto poderá ser melhorado a partir da vontade política dos gestores e diretores. Precisamos nos organizar e cobrar dos responsáveis da Delegacia Regional de Ensino, o apoio a escola Indígena, precisamos muito a participação deles. Onde podemos e elaborar as ideias, para que haja uma escola boa de qualidade e claro nunca de deixar a cultura tradicional.

Aqui podemos citar alguns problemas que se encontram em todas as salas dos alunos, com mais de 40 alunos, não tem ventilação adequada. A merenda é um outro problema, a data de fazer compra para a escola, nunca conseguiu se acertar. A

escola tem seu próprio convenio, mas muitas vezes, acontece faltar merenda, por que os recursos não caem na data certa programada.

A outra questão ao professor indígena da CEMIX, foi: *Qual é importância de ter uma escola no ensino médio indígena Xerente na comunidade?* O professor kbadimenkwa Xerente, em resposta comentou que uma escola de ensino médio dentro de um território Xerente é uma conquista muito significativa, uma conquista tão importante para comunidade Xerente e necessária. Afirmou que foi com as forças dos caciques que eles conquistaram a construção da escola e ter uma educação melhor. E afirmou que “Com isso, nossas lideranças Indígenas e caciques Xerente se preocuparam de ter uma escola dentro da comunidade Akwê onde são ensinados, além do Português, a sua língua originária, a sua forma de reprodução cultural”.

Ele disse também a que a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, em seu artigo 231, reconhece aos índios o direito à diferença, ao seu território e a povo indígenas as formas culturais. E no artigo 210 reconhece e assegura aos povos indígenas o uso de suas línguas próprias em processo próprio de aprendizagem. A CF/88 em seu Art. 210- assegura que o ensino fundamental regular será ministrado em língua português, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 231. Diz que “São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Em outras palavras, o professor quis dizer que mesmo tendo os seus direitos assegurados constitucionalmente, os povos indígenas, ainda precisam lutar para fazer valer a execução de seus direitos.

PERSPECTIVAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA SOB O OLHAR DOS XERENTE: UM INDIGENA PESQUISANDO

Como aluno do curso de geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional, realizei entrevistas no ano de 2017 com nossos parentes Xerente

que estudavam na UFT, a primeiras perguntas para o acadêmico Srêzdasuite Xerente:
Na aldeia que você estudou como foi seu ensino de educação escola?

Srêzdasuite respondeu que:

No meu processo de escolarização desde as series iniciais até 5 serie do ensino fundamental ocorreu no ano de 1997, na Aldeia Água Fria alfabetizada por uma professora Akwê. Nas series de ensino fundamental 2 tive professores não indígenas em todas as disciplinas, como Português, História, Geografia exceto a língua materna Akwê. E por fim, cursei uma parte de ensino fundamental na cidade e outra parte na aldeia, concluído a as séries, cursei o terceiro ano na cidade me formando assim no ensino médio. A minha fase de ensino na educação foi bastante proveitoso, apesar de muita dificuldade enfrentada nas aquisições de conhecimentos, até mesmo a compreensão acerca das aulas ministrada pelo educador não indígenas que dificultava muito na comunicação com os alunos, pois para nós se trata da segunda língua, talvez isso seja a nossa dificuldades e nos demais, sempre fui esforçados, fazia tudo, as tarefas. (Aluno Xerente Srêzdasuite, 2017)

Como se observa, o comentário do acadêmico Tiago, os professores ainda das escolas nas aldeias indígenas não são indígenas. Ou seja, os alunos indígenas aprendem com professores de outra etnia, que muitas vezes traz uma cultura ocidental. Outro fato, é que os conteúdos trabalhados nas aldeias indígenas são de natureza das escolas do mundo urbano.

A questão; *na aldeia que você estudou como foi seu ensino de educação escola*, foi também aplicada ao acadêmico Sissapte Xerente. Ele comentou que:

Eu estudei no ano 2007 no Centro de Ensino Médio Indígenas Xerente- Warã eu tive privilégio de estudar e também aprendi muitas coisas sobre a geografia. A professora não era não índios tinha curso superior, ela gostava de ensinar geografia e também dominava a disciplina que ela ministrava para nos alunos Indígena. No ensino médio a disciplina de geografia eu sempre tirava a nota boa sempre gostei, entendia bem tive um pouco de dificuldade. Mas quando cheguei na Universidade Federal do Tocantins em campus de Porto Nacional era totalmente diferente do que estudei no ensino fundamental e médio, as dificuldades enfrentadas são os seminários e as disciplinas como Geologia Geomorfologia Climatologia etc. Mas passando tempo conseguir entender e meu maior objetivo é concluir o meu curso Geografia Licenciatura levar meu conhecimentos pra minha comunidade ensinar tudo que eu aprendi com professores. (Aluno Xerente Sissapte, 2017)

Na exposição do entrevistado, podemos perceber que como o entrevistado anterior, também teve professores no ensino médio não indígena. O ensino médio também não preparou o aluno indígena para o ingresso na Universidade. Sissapte

encontrou muita dificuldade e estranheza na Universidade no curso de geografia. Pela língua usada na comunidade acadêmica e, principalmente nas disciplinas da geografia física. O ideal é que o Estado criasse uma Universidade que atendesse os interesses e as demandas dos povos indígenas, onde fossem trabalhados os conteúdos e a cultura dos povos indígenas, a da linguagem de cada povo indígena.

O outro acadêmico entrevistado foi o J. P. Skrawe Xerente da UFT Campus Porto Nacional. Ele lembra muito bem onde passou na Escola Indígena Srêmtowe juntos com professores bilíngues, diz que estudou da 1ª a 4ª séries.

Foi alegria tão grande por que me sentia muito bem pra entender as atividades passado em sala de aula, junto com meus colegas mais a partir de momento que sai da escola indígena e ir pra uma escola dos não índios era enorme dificuldade por que língua o português dificultava bastante. A disciplina de Geografia sempre gostei de estudar por isso escolher estuda, mas na faculdade era totalmente diferente que já foi estudando anteriormente e quando comecei o curso me dava aquele clareza. Como e tão importante estudar entender e conhecer as diferenças de ensino de geografia como na aldeia e na cidade. (J. P. Skrawe Xerente, 2017)

O acadêmico indígena J. P. Skrawe Xerente também teve as mesmas dificuldades do entrevistado anterior, ou seja, o problema principal foi justamente a língua portuguesa trabalhada nos cursos de graduação. Este fato reforça a ideia do Estado criar universidades que atendam os interesses dos indígenas e trabalhem de forma diferenciada as culturas de maneira que priorize de alguma forma o uso da língua mãe que é utilizada pelos povos indígenas em suas diversidade linguística, esse é o papel que esperamos da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é o produto do Trabalho de conclusão do curso de Geografia as minhas pesquisas foi realizado na Escola Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX) em no nível fundamental e médio das disciplinas de Geografia. Minha consideração final do trabalho foi constituído de muito sucesso fui recebido com muita atenção pelos professores e alunos e funcionários da escola. O professor de Geografia a

todo o momento deu atenção para mim, meu primeiro contato com sala de aula foi muito importante tendo em vista que os alunos tiveram a oportunidade de fazer perguntas, no decorrer da aula, eles viram que minha participação naquele momento era neutra e conseqüentemente, ficaram a vontade a com minha presença.

Então este trabalho teve por finalidade aprofundar e levantar o debate sobre o ensino de geografia na comunidade Xerente, e em especial nas salas de aula no CEMIX- Centro de Médio Indígena Xerente Warã. Achamos, interessante fazer esta pesquisa por acreditar que o ensino de geografia pode contribuir, sob o olhar dos alunos indígenas os quais serão os futuros professores, nas escolas das aldeias Xerente, mas precisamos avançar nos debates sobre a infraestrutura da escola, cobrando os responsáveis da SEDUC/TO apoio prioritário as escolas Indígenas do estado. Precisam ser discutidos a partir de conhecimentos e direitos assegurado aos povos indígenas na Constituição Federal de 1988, Art. 231. Neste artigo é assegurado o direito dos povos indígenas que devem ser reconhecidas a sua cultura e a sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No ano de 2017 tivemos a oportunidade de fazer uma pesquisa para o meu trabalho de conclusão do curso de Geografia onde foram feitas a observação na escolar o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente, com isso, percebi que nas escolas indígenas, há vários problemas que precisam ser resolvidos. O Estado deve criar Universidades que atendam os interesses dos povos indígenas. Os professores das universidades devem ser preparados para lidar com o ensino aprendizagem indígenas em sua língua nativa e original.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional N^o 9394 de 1996.

MACHADA, Marcia. Rodrigues Odilon. **Educação e ciências humanas e histórias dos povos Indígenas**, tese 2016.

MEGALE, A. H. **Educação bilíngue de línguas de prestígio no Brasil**: uma análise dos documentos oficiais. *The Specialist*, v. 39, n. 2, 2018. WEI, L. "Translanguaging and code-switching: What's the difference." Blog Post. OUPblog. Oxford UP 9 (2018)..

MELO, Valéria Moreira Coelho de. **Diversidade, Meio Ambiente e Educação**: Uma Reflexão A Partir Da Sociedade Xerente. Dissertação (Mestrado) 2010. 104f. Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2010

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Os akwẽ-xerente no Tocantins**: território indígena e as questões socioambientais. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

DAMSÕKÊKWA, Ercivaldo. **Processo de Educação Akwê**. Os direitos Indígenas a uma educação diferenciada: Práticas tradicionais e suas relações com a pratica escolar Dissertação UFG, 2017.

SCHOERDER, Ivo. **Política e parentesco Xerente**, tese doutorado FFCHL- USP, 2006.

GIRALDIN, Odair. **Escola na aldeia e professor indígena na universidade**: reflexões sobre formação e pratica docente xerente. NEAI/PET IND. UFT, 2010

NIMUENDAJU, Curt. **The Šerente**. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942

Rairan Xerente. O Ensino de Geografia na Escola Indígena Srêmtowe na aldeia Salto Kripre Tocantinia-TO. **Revista Produção Acadêmica**, UFT, 2020

GUIMARÃES, Suzana Martetele Grillo. **Aquisição da escrita e a diversidade cultural**. A pratica dos professores Xerente. Brasília. Funai. Dedoc, 2002. História. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

Rui Carlos Brurêwa Xerente - graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente Mestrando em Geografia Em Campus de Porto Nacional UFT.

Elizeu Ribeiro Lira - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP. (2004). Pós Doutor em Desenvolvimento Territorial pelo IPPUR/UFRJ.(2016) Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP (1995). Especialista em Educação Brasileira/ Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Goiás UFG (1992) Graduado em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília (1987) . Coordenador do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional.(2011 a 2014) Coordenador do Grupo de Pesquisa NURBA/UFT/CNPq (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários). Diretor e membro do conselho editorial da Revista Produção Acadêmica (ISSN-1809-2756 - ISBN on-line, 2448-2757). Membro da equipe editorial da Revista do Laboratório de Geografia Agrária da USP (ISSN -1808-1150) Atualmente é Professor Associado III no Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional -TO, Professor Permanente do Mestrado em Geografia na UFT campus de Porto Nacional -TO. Músico popular e crítico literário . Possui experiência na área de Geografia humana, com ênfase em Geografia Agrária ,Urbana , Regional e do Território, atuando principalmente nos seguintes temas: a questão agrária, ensino de geografia, movimentos sociais no campo e na cidade, território e territórios indígenas, cidade, produção do espaço urbano,e comunidades tradicionais.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2022.

Aceito para publicação em 18 de dezembro de 2022.

Publicado em 14 de fevereiro de 2023.